

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral AEGON realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e fidelização de clientes.

Em 2015, ano em que completa 180 anos, a companhia intensificará seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando inovação, crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais.

**Desempenho**

Em 2014, ano em que completa dez anos da sua transformação em Seguradora de Vida e Previdência, a Mongeral AEGON apresentou desempenho expressivo, tendo atingido crescimento de 37% em novas vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais.

Atingiu ainda crescimento de 21% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 23% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que foram de R\$ 754 milhões e R\$ 606 milhões respectivamente, demonstrando o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia.

Nos últimos dez anos, a companhia apresentou crescimento de 1032% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 857% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro.

No exercício, as Despesas Administrativas cresceram 20%, abaixo do crescimento das Receitas de Prêmios e Contribuições e significativamente abaixo do crescimento das vendas de coberturas de riscos. O crescimento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia.

O Resultado Financeiro voltou a apresentar o desempenho esperado, após a volatilidade observada em 2013 como consequência da elevação das taxas de juros daquele período.

O Resultado Operacional antes de Despesas Administrativas cresceu 15%, o que evidencia a solidez dos negócios da companhia.

O Lucro Líquido de R\$ 20 milhões, 7,5% acima do observado em 2013, está alinhado com os objetivos da Administração para o período.

Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou o exercício em R\$ 240 milhões.

O capital total segurado pela companhia ultrapassou R\$ 150 bilhões.

**Realizações e ampliação dos segmentos de atuação**

Em 2014, a Mongeral AEGON celebrou o "Memorando de Entendimentos Referente à Formação de Parceria Estratégica para Distribuição de Produtos de Vida e Previdência e Constituição de Companhia Seguradora de Vida e Previdência" com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB.

Motivados pelas mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos no cenário socioeconômico da população brasileira, as quais demandam a ampliação do mercado de seguros na cesta de consumo das famílias, a Mongeral AEGON e o BANCOOB identificam como necessidade atual a estruturação de uma oferta de produtos de seguros de vida e previdência individuais, bem como planos coletivos, direcionada às sociedades cooperativas e aos seus associados, organizados sob o sistema cooperativista nacional.

Tal aliança estratégica visa unir a irrefutável capacidade de distribuição do BANCOOB, evidenciada por meio da alta capilaridade do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, com a competência técnica e operacional da Mongeral AEGON, construída ao longo dos seus 180 anos de atuação no mercado brasileiro, cujo foco sempre pautou-se em criar soluções inovadoras e ajustadas aos diversos segmentos da população.

A operação só será concretizada após aprovação das autoridades brasileiras competentes, SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

No segmento de previdência complementar para os servidores públicos, em face dos convênios com os Órgãos Oficiais, a Mongeral AEGON intensificou as operações de distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM). Neste mesmo segmento, iniciou as operações de distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-EXE e da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo - PREVES.

Consolidou sua posição de empresa líder na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde quando foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais.

Diversificou e ampliou a integração de seus canais de atuação, consolidando sua estratégia digital com a Loja Online e investimentos em Marketing Direto, viabilizando opções diferenciadas de serviços para as redes comerciais. A estratégia digital da Mongeral AEGON rendeu-lhe o "Prêmio Antonio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros 2014", na categoria produtos e serviços.

Ampliou e amadureceu o seu portfólio de produtos, pois além de manter mais de 20 soluções em seguros e previdência para a classe média brasileira, consolidou sua linha de produtos para público de alta renda, por meio de distribuição especializada. Adicionalmente, tem investido no desenvolvimento de produtos de microsseguro, possibilitando o atendimento completo aos seus clientes, independentemente de sua classe social.

Em fevereiro de 2014 a empresa realizou a 1ª Convenção Anual de Lideranças da Mongeral AEGON, que teve como principal objetivo a reunião de 650 pessoas dentre os principais públicos de relacionamento - colaboradores, parceiros de negócios e corretores parceiros - para unificar o posicionamento e o propósito da companhia: ajudar as pessoas a assumir a responsabilidade por seu futuro financeiro.

Em novembro de 2014, a Mongeral AEGON promoveu o II Workshop de Transferência de Risco de Fundos de Pensão, seminário sobre os impactos do aumento da expectativa de vida nos fundos de pensão e as alternativas para minimizá-los, que contou com a participação de convidados. No encontro, especialistas da Europa e dos Estados Unidos apresentaram como o desafio é tratado nestes mercados, onde a terceira idade já representa uma boa parcela da população.

**Tecnologia da Informação**

Em 2014, 100% do novo sistema integrado de negócios (Sistema eSIM) foi colocado em homologação e fase final de implantação. O sistema que suportará todas as operações atuais e futuras da Mongeral AEGON continua recebendo investimentos em recursos humanos e financeiros para a sua finalização. A previsão da Administração é que 100% do sistema esteja em produção no primeiro semestre de 2015.

**Governança Corporativa**

Foram adotadas as medidas necessárias à prevenção e combate à fraude e à lavagem de dinheiro. Investimentos adicionais foram realizados para o fortalecimento do departamento de Compliance. Novos recursos foram investidos durante todo o ano, especificamente para fortalecimento de controles, processos e redução de riscos. Os projetos e investimentos estão sendo conduzidos com a participação direta da AEGON.

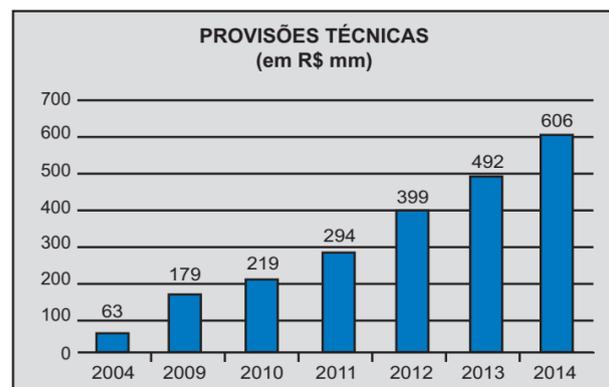
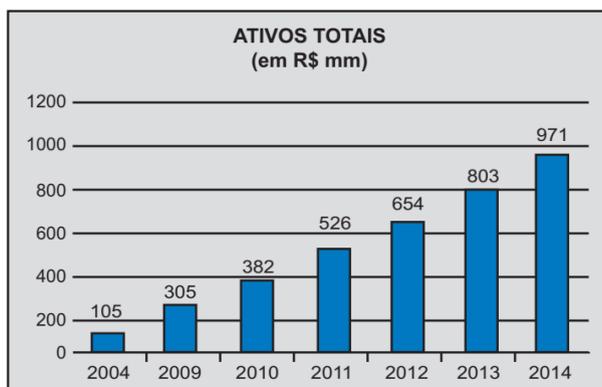
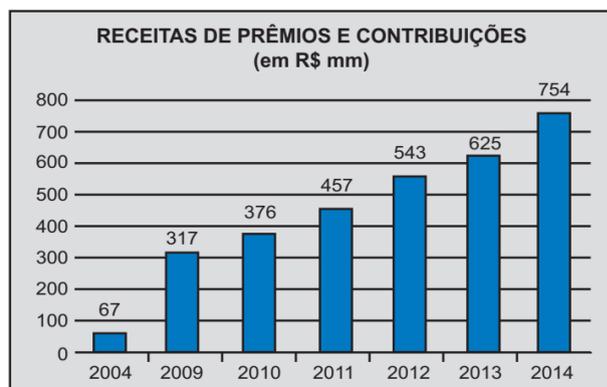
**Declaração**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 483 de 6 de janeiro de 2014, a Mongeral AEGON declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

**Agradecimentos**

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

**A Administração**



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)**

	2014	2013		2014	2013
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Circulante			Circulante		
Disponível			Contas a pagar		
Caixa e bancos.....	2.918	3.017	Obrigações a pagar (Nota 12).....	24.265	20.455
Aplicações (Nota 6).....	393.932	310.026	Impostos e encargos sociais a recolher.....	6.506	8.045
Créditos das operações com seguros e resseguros			Encargos trabalhistas.....	8.539	7.756
Prêmios a receber (Nota 8).....	13.399	11.540	Empréstimos e financiamentos (Nota 16).....	2.594	7.281
Operações com seguradoras.....	1.388	654	Impostos e contribuições.....	4.640	5.497
Operações com resseguradoras (Nota 8).....	16.857	14.770		46.544	49.034
Outros créditos operacionais.....	3.286	1.436	Débitos de operações com seguros e resseguros		
	34.930	28.400	Operações com seguradoras.....	8	922
Créditos das operações com previdência complementar			Operações com resseguradoras.....	24.503	21.214
Valores a receber (Nota 8).....	21.573	17.766	Corretores de seguros e resseguros.....	3.559	5.071
Créditos de resseguros (Nota 8).....	9.773	8.344	Outros débitos operacionais.....	2.063	1.443
Operações com repasses.....	1.457	1.612		30.133	28.650
	32.803	27.722	Débitos de operações com previdência complementar		
Ativos de resseguro - provisões técnicas			Operações de resseguros.....	6.015	7.527
Seguros (Nota 14).....	15.016	7.758	Operações de repasses.....	1.139	1.800
Previdência.....	5.250	4.303	Outros débitos operacionais.....	6.109	5.566
	20.266	12.061		13.263	14.893
Títulos e créditos a receber			Depósitos de terceiros		
Títulos e créditos a receber.....	1.026	1.248	Depósitos de terceiros.....	2.774	2.573
Créditos tributários e previdenciários (Nota 19).....	6.770	5.577	Provisões técnicas - seguros (Nota 14)		
Outros créditos			Danos.....	28.007	18.511
Adiantamentos a funcionários.....	2.185	2.776	Pessoas.....	59.845	47.656
Adiantamentos administrativos.....	1.534	543	Vida individual.....	32.834	17.744
Outros.....	111	856	Vida com cobertura por sobrevivência.....	83.623	65.452
	11.626	11.000		204.309	149.363
Outros valores e bens			Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13)		
Outros valores.....	1.389	647	Planos bloqueados.....	876	542
Empréstimos e depósitos compulsórios.....	52	37	Planos não bloqueados.....	61.498	57.522
Despesas antecipadas (Nota 22).....	8.589	7.289	PGBL/PRGP.....	791	616
Custos de aquisição diferidos				63.165	58.680
Seguros (Nota 14).....	15.657	14.460	Passivo circulante	360.188	303.193
Previdência (Nota 13).....	5.502	4.869	Passivo não circulante		
	21.159	19.329	Contas a pagar		
Ativo circulante.....	527.664	419.528	Obrigações a pagar (Nota 12).....	1.485	638
Ativo não circulante			Tributos diferidos (Nota 19).....	615	672
Realizável a longo prazo.....	319.128	280.335	Empréstimos e financiamentos (Nota 16).....	2.057	3.291
Aplicações (Nota 6).....	246.386	206.673		4.157	4.601
Ativos de resseguro - provisões técnicas			Provisões técnicas - seguros (Nota 14)		
Seguros (Nota 14).....	2.958	2.388	Danos.....	15.693	15.856
Previdência.....	2.033	2.897	Pessoas.....	21.260	20.238
	4.991	5.285	Vida individual.....	31.844	26.558
Títulos e créditos a receber			Vida com cobertura por sobrevivência	44.011	33.192
Créditos tributários e previdenciários (Nota 19).....	32.613	34.355		112.808	95.844
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 17).....	10.188	9.822	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13)		
	42.801	44.177	Planos bloqueados.....	149	152
Empréstimos e depósitos compulsórios.....	88	57	Planos não bloqueados.....	134.565	121.381
Custos de aquisição diferidos			PGBL/PRGP.....	116.285	84.255
Seguros (Nota 14).....	17.367	17.174		250.999	205.788
Previdência (Nota 13).....	7.495	6.969	Outros débitos		
	24.862	24.143	Provisões judiciais (Nota 17).....	2.491	2.693
Investimentos			Passivo não circulante.....	370.455	308.926
Participações societárias (Nota 22).....	287	675	Patrimônio líquido (Nota 18)		
Imóveis destinados a renda (Nota 9).....	16.855	16.855	Capital social.....	89.188	60.188
	17.142	17.530	Aumento de capital em aprovação.....	30.000	29.000
Imobilizado (Nota 10)			Reservas de capital.....	35.815	35.815
Imóveis de uso próprio.....	10.223	8.819	Reserva de reavaliação.....	2.127	2.212
Bens móveis.....	13.958	13.479	Reservas de lucros.....	84.603	65.213
Outras imobilizações.....	4.262	2.845	Ajustes de avaliação patrimonial.....	(1.697)	(1.720)
	28.443	25.143		240.036	190.708
Intangível (Nota 11)			Total do passivo e patrimônio líquido.....	970.679	802.827
Outros intangíveis.....	78.302	60.291			
Ativo não circulante.....	443.015	383.299			
Total do ativo.....	970.679	802.827			



A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

**(ii) Imobilizado**

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações .....	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação .....	5 anos
Móveis máquinas e utensílios .....	10 anos
Veículos.....	5 anos

**(j) Intangível**

O intangível refere-se: (a) a gastos com desenvolvimento de sistemas cuja amortização se dará linearmente pelo prazo de vinte anos; e (b) ao valor pago, em 28 de maio de 2009, conforme os termos firmados no Instrumento de Transferência de Carteiras de Produtos de Riscos Individuais e de Vida em Grupo, celebrado em 12 de agosto de 2005 com a Icatu Hartford Seguros S.A e aditado em 20 de março de 2006, devidamente aprovados pela SUSEP, e registrado como "Agió na Transferência de Carteira", no valor de R\$ 15.668. O saldo foi amortizado pelo método linear em 48 meses, sendo finalizado em maio de 2013.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

**(k) Recuperabilidade de ativos financeiros**

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

**(l) Ativos contabilizados ao custo amortizado**

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados.

Se, em exercício subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

**(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

**(n) Passivos financeiros - financiamentos**

Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro.

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro.

Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.

As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações.

**(o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes**

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota". As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Perda provável .....	92% do valor em risco
Perda possível.....	52% do valor em risco
Perda remota.....	3% do valor em risco

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósito judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como receita financeira.

**(p) Teste de adequação do passivo (TAP)**

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes.

Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzidas das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 70% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos.

Os testes de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2014 e 2013 indicaram que as provisões constituídas nestas datas-base, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora.

**(q) Benefícios a empregados**

**Obrigações de aposentadoria**

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a Conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto na CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia faz contribuições para o Mongeral AEGON Fundo de Pensão, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros disponível.

**(r) Reconhecimento de receita**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.

As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Vida Gerador de Benefício Livre ("VGBL") são reconhecidos pelo regime de competência, que, no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, a partir de 2009, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

**(s) Resultado por ação**

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Mongeral AEGON não possuía ações preferenciais. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação.

**4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**(a) Provisões técnicas**

**Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco**

Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos.

No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e dos sinistros ocorridos, mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em Nota Técnica Atuarial.

A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas.

O comportamento histórico de sinistros e eventos são analisados basicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. Nenhuma premissa explícita é considerada sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas; as premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência.

**(b) Custos de aquisição diferidos**

Em atendimento às normas da SUSEP, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

**(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados**

Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral AEGON Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuarial responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de juros, taxas esperadas de retorno sobre ativos, rotatividade, taxas de mortalidade e de invalidez.

**(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguos e resseguros**

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguos e resseguros. Em 31 de dezembro de 2014 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

**(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível**

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

**(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**(g) Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**(h) Provisões para contingências**

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

**5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro**

**(a) Gestão de risco de seguro**

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto ao ressegurador local IRB-Brasil Re S.A. e aos resseguradores admitidos Scor Global Life Americas e Hannover Rueckvericherung Ag.

A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O Resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto as resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em Resseguro, 85% destinam-se ao Ressegurador Local e os demais distribuídos entre os Resseguradores Admitidos.

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda.

Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos.

Para a gestão dos riscos de seguros, a Mongeral AEGON revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora.

Visando a melhor diversificação possível, a seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional.

Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinis- tralidade	2014		2013	
			Índice de Comissiona- mento	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinis- tralidade	Índice de Comissiona- mento
Acidentes pessoais coletivos.....	42.565	19%	19%	35.347	19%	21%
Acidentes pessoais individuais.....	12.775	26%	19%	11.066	26%	21%
Auxílio funeral.....	8.506	21%	19%	8.595	35%	21%
Doenças graves ou doença terminal.....	2.172	9%	19%	1.098	14%	21%
DPVAT.....	39.650	96%	1%	33.775	87%	1%
Perda de certificado de habilitação de voo	2.007	127%	19%	1.879	31%	21%
Dotal misto.....	27.287	-4%	19%	17.057	-7%	21%
Prestamista.....	27.966	35%	19%	18.567	39%	21%
Prestamista - Habitacional.....	618	23%	19%	676	7%	21%
Renda de eventos aleatórios.....	70.840	29%	19%	51.140	34%	21%
Seguro de vida produtor rural.....	4.981	23%	19%	112	0%	21%
Vida em grupo.....	50.646	52%	19%	43.846	60%	21%
Vida individual.....	125.213	22%	19%	101.252	18%	21%
	<u>415.226</u>			<u>324.410</u>		

(O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (Pricing), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora.

Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que num médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existentes. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos.

A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Mongeral AEGON acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto.

As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observados a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias.

O quadro abaixo exibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

Ramos	Distribuição de prêmio bruto de resseguro					Total Geral
	2014					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	2.371	5.609	1.050	26.662	6.873	42.565
Acidentes pessoais Individuais	1.682	1.209	298	7.045	2.541	12.775
Auxílio Funeral	708	727	123	5.469	1.479	8.506
Doenças Graves ou Doença Terminal	159	314	171	1.133	395	2.172
DPVAT	3.748	7.052	2.245	18.499	8.106	39.650
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	-	-	-	2.008	-	2.008
Dotal Misto	4.019	3.190	468	14.887	4.723	27.287
Prestamista	4.480	-	8	23.478	-	27.966
Prestamista - Habitacional	-	-	-	446	172	618
Renda de eventos aleatórios	4.279	14.311	3.528	34.902	13.819	70.839
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	4.981	-	4.981
Vida em Grupo	2.106	4.316	688	31.241	12.296	50.647
Vida Individual	18.443	14.639	2.146	68.312	21.672	125.212
Total	41.995	51.367	10.725	239.063	72.076	415.226

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro					Total Geral
	2014					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	2.327	5.458	1.008	26.295	6.660	41.748
Acidentes pessoais Individuais	1.568	1.075	249	6.329	2.212	11.433
Auxílio Funeral	708	727	123	5.469	1.479	8.506
Doenças Graves ou Doença Terminal	135	267	153	998	330	1.883
DPVAT	3.748	7.052	2.245	18.499	8.106	39.650
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	-	-	-	1.671	-	1.671
Dotal Misto	4.007	3.187	468	14.715	4.721	27.098
Prestamista	4.474	-	8	23.424	-	27.906
Prestamista - Habitacional	-	-	-	446	167	613
Renda de eventos aleatórios	3.213	10.735	2.442	27.111	9.792	53.293
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	4.981	-	4.981
Vida em Grupo	2.073	4.207	681	30.031	11.759	48.751
Vida Individual	17.031	13.103	1.910	55.895	19.110	107.049
Total	39.284	45.811	9.287	215.864	64.336	374.582

Ramos	Distribuição de prêmio bruto de resseguro					Total Geral
	2013					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	1.969	4.658	872	22.141	5.708	35.348
Acidentes pessoais Individuais	1.457	1.047	258	6.103	2.201	11.066
Auxílio Funeral	715	735	124	5.526	1.494	8.594
Doenças Graves ou Doença Terminal	80	159	86	573	200	1.098
DPVAT	3.193	6.007	1.912	15.758	6.905	33.775
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	-	-	-	1.879	-	1.879
Dotal Misto	2.512	1.994	293	9.306	2.952	17.057
Prestamista	2.974	-	5	15.587	-	18.566
Prestamista - Habitacional	-	-	-	488	188	676
Renda de eventos aleatórios	3.089	10.331	2.547	25.196	9.976	51.139
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	112	-	112
Vida em Grupo	1.823	3.736	596	27.046	10.645	43.846
Vida Individual	14.914	11.838	1.735	55.240	17.525	101.252
Total	32.726	40.505	8.428	184.955	57.794	324.408

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro					Total Geral
	2013					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	1.922	4.497	827	21.748	5.479	34.473
Acidentes pessoais Individuais	1.361	934	217	5.499	1.924	9.935
Auxílio Funeral	715	735	124	5.526	1.494	8.594
Doenças Graves ou Doença Terminal	64	127	74	482	156	903
DPVAT	3.193	6.007	1.912	15.758	6.905	33.775
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	-	-	-	1.557	-	1.557
Dotal Misto	2.505	1.992	292	9.200	2.951	16.940
Prestamista	2.974	-	6	15.581	-	18.561
Prestamista - Habitacional	-	-	-	488	176	664
Renda de eventos aleatórios	2.276	7.601	1.718	19.248	6.902	37.745
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	112	-	112
Vida em Grupo	1.777	3.587	586	25.386	9.909	41.245
Vida Individual	13.802	10.628	1.550	45.458	15.507	86.945
Total	30.589	36.108	7.306	166.043	51.403	291.449

**Testes de sensibilidade**

A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 483/2014.

A variável inflação não tem impacto nestes indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo.

A variável do índice de conversibilidade também não gera impacto, uma vez que utilizamos atualmente a premissa de 100% na apuração de nossas provisões.

O impacto da sinistralidade em 31 de dezembro de 2014 foi testado através do aumento e da redução de 2,10% e 6,30%, para seguros e previdência respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido	
		Bruto de Resseguro	% Resultado
Sinistralidade	Aumento de 2,10%	(2.162)	(9,39)
Sinistralidade	Redução de 2,10%	2.162	9,39
			0,89
Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido	
		Líquido de Resseguro	% Resultado
Sinistralidade	Aumento de 2,10%	(1.553)	(6,75)
Sinistralidade	Redução de 2,10%	1.553	6,75
			0,64
Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido	
		Bruto de Resseguro	% Resultado
Sinistralidade	Aumento de 6,30%	(9.069)	(39,40)
Sinistralidade	Redução de 6,30%	9.069	39,40
			3,73
Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido	
		Líquido de Resseguro	% Resultado
Sinistralidade	Aumento de 6,30%	(6.519)	(28,33)
Sinistralidade	Redução de 6,30%	6.519	28,33
			2,68

Foi testada pela administração a sensibilidade da redução e/ou aumento de 20% de taxa de juros, como também 50% em persistência, 15% de mortalidade e 20% em sobrevivência. O resultado não impactou no passivo, logo também não influenciou o resultado e o patrimônio líquido deste exercício.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (ratings).

**Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos**

Com o objetivo de administrar a exposição da Mongeral AEGON ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde é priorizado os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco.

O cumprimento da referida política é acompanhada pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Mongeral AEGON.

A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de rating de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por rating de crédito fornecidos por agências renomadas de rating:

Títulos privados	Rating	Agência	2014	2013
RDB UNICRED	B3	LF Ratings	10.022	10.522
DEBENTURE BNDES	BAA2	Moody's	-	686
Total			10.022	11.208

**(c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Alçada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis.

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

Seguros	2014		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
	Caixa e bancos	1.371	-
Aplicações	141.431	115.802	257.233
Aplicações DPVAT	43.717	-	43.717
Créditos das operações com seguros e resseguros	34.930	-	34.930
Ativos de resseguros - provisões técnicas	15.016	2.958	17.974
Títulos e créditos a receber	5.464	20.117	25.581
Despesa antecipada	4.037	-	4.037
Custo de aquisição diferidos	15.657	17.367	33.024
Outros ativos	653	-	653
Empréstimos e depósitos compulsórios	25	41	66
<b>Total ativo</b>	<b>262.301</b>	<b>156.285</b>	<b>418.586</b>
Passivo	2014		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
	Contas a pagar	21.876	1.954
Provisões técnicas - seguros	176.302	97.115	273.417
Provisões técnicas - DPVAT	28.007	15.693	43.700
Débitos das operações com seguros	30.133	-	30.133
Depósitos de terceiros	1.144	-	1.144
<b>Total passivo</b>	<b>257.462</b>	<b>114.762</b>	<b>372.224</b>
Previdência	2014		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
	Caixa e bancos	1.547	-
Aplicações	208.784	130.585	339.369
Créditos das operações com previdência complementar	32.803	-	32.803
Ativos de resseguros - provisões técnicas	5.250	2.033	7.283
Títulos e créditos a receber	6.162	22.684	28.846
Despesa antecipada	4.552	-	4.552
Custo de aquisição diferidos	5.502	7.495	12.997
Outros ativos	736	-	736
Empréstimos e depósitos compulsórios	27	46	73
<b>Total ativo</b>	<b>265.37</b>	<b>162.843</b>	<b>428.206</b>
Passivo	2014		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
	Contas a pagar	24.668	2.203
Provisões técnicas - previdência	63.165	250.999	314.164
Débitos das operações com previdência	13.263	-	13.263
Depósitos de terceiros	1.630	-	1.630
<b>Total passivo</b>	<b>102.726</b>	<b>253.202</b>	<b>355.928</b>

Seguros	2013		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
	Caixa e bancos	1.338	-
Aplicações	122.272	91.677	213.949
Aplicações DPVAT	34.382	-	34.382
Créditos das operações com seguros e resseguros	28.400	-	28.400
Ativos de resseguros - provisões técnicas	7.759	2.387	10.146
Títulos e créditos a receber	4.880	19.596	24.476
Despesa antecipada	3.233	-	3.233
Custo de aquisição diferidos	14.460	17.174	31.634
Outros ativos	287	-	287
Empréstimos e depósitos compulsórios	16	24	40
<b>Total ativo</b>	<b>217.027</b>	<b>130.858</b>	<b>347.885</b>
Passivo	2013		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
	Provisões técnicas - seguros	130.852	79.988
Provisões técnicas - DPVAT	18.511	15.856	34.367
Contas a pagar	21.751	2.041	23.792
Débitos das operações com seguros	28.650	-	28.650
Depósitos de terceiros	1.544	-	1.544
<b>Total passivo</b>	<b>201.308</b>	<b>97.885</b>	<b>299.193</b>

Previdência	2013		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
	Caixa e bancos	1.679	-
Aplicações	153.372	114.996	268.368
Créditos das operações com seguros e resseguros	27.722	-	27.722
Ativos de resseguros - provisões técnicas	4.302	2.898	7.200
Títulos e créditos a receber	6.121	24.580	30.701
Despesa antecipada	4.056	-	4.056
Custo de aquisição diferidos	4.868	6.970	11.838
Outros ativos	360	-	360
Empréstimos e depósitos compulsórios	21	33	54
<b>Total ativo</b>	<b>202.501</b>	<b>149.477</b>	<b>351.978</b>
Passivo	2013		
	até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
	Contas a pagar	27.283	2.560
Provisões técnicas - previdência	58.680	205.788	264.468
Débitos das operações com seguros	14.893	-	14.893
Depósitos de terceiros	1.029	-	1.029
<b>Total passivo</b>	<b>101.885</b>	<b>208.348</b>	<b>310.233</b>

**6. Ativos financeiros**

**(a) Classificação por categoria e faixa de vencimento**

	2014						Valor de mercado	
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses		Valor contábil
Recibo de depósitos bancários	-	-	10.022	-	-	-	10.022	
Quotas de fundos de investimentos de								

**(d) Movimentação das aplicações financeiras**

A movimentação das aplicações financeiras pode ser assim demonstrada:

	Títulos Privados - Fixo e Variável		Quotas de Fundos de Investimento		Outras Aplicações		Total
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Saldo Inicial.....	13.570	21.440	503.054	377.850	75	291	516.699
Aplicações.....	43.886	25.140	446.078	622.865	5.771	3.659	495.735
Resgates.....	(44.704)	(33.365)	(373.334)	(526.529)	(5.495)	(3.876)	(423.533)
Rendimentos.....	218	355	51.195	28.868	4	1	51.417
Saldo Final.....	12.970	13.570	626.993	503.054	355	75	640.318

**7. Garantia das provisões técnicas**

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 3.308 de 31 de março de 2006 e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 226 de 6 de dezembro de 2010, com alterações na Resolução CNSP 277/13, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	2014	2013
Provisões técnicas - seguros e previdência.....	631.281	509.675
Exclusões.....		
Provisões técnicas - resseguros.....	(23.365)	(17.346)
Direitos creditórios.....	(20.349)	(19.697)
Provisões técnicas - PGBL e VGBL.....	(200.229)	(145.378)
DPVAT.....	(43.700)	(34.368)
Outras.....	(2.569)	(2.934)
Total das exclusões.....	(290.212)	(219.723)
Provisões técnicas para cobertura.....	341.069	289.951
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento.....	84.579	58.493
Quotas de fundos especialmente constituídos.....	292.412	264.747
Imóveis.....	7.814	6.739
Recibo de depósitos bancários.....	10.022	10.011
Debêntures.....	-	686
Quotas de Fundos Imobiliário.....	1.628	-
Ações de companhias de capital aberto.....	1.462	1.424
Suficiência.....	56.848	52.149

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

**8. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar**

**(a) Prêmios a receber de segurados**

Composição dos créditos das operações com seguros	2014	2013
Prêmios a receber de segurados - emitidos.....	14.986	12.322
Prêmios a receber de segurados - emitidos cosseguro.....	177	1.409
Prêmios a receber de segurados - não emitidos.....	949	830
Total.....	16.112	14.561
Redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados.....	(2.713)	(3.021)
Total.....	13.399	11.540

	2014	2013
Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos		
A vencer.....	6.864	5.316
De 1 a 30 dias.....	6.864	5.315
Vencidos.....	8.122	7.006
De 1 a 30 dias.....	4.654	3.473
De 31 a 60 dias.....	1.458	1.224
De 61 a 365 dias.....	1.981	2.013
Superior a 365 dias.....	29	296
Prêmios pendentes no final do exercício.....	14.986	12.322

A movimentação no exercício da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....		(3.021)
Constituições.....		(8.730)
Valores revertidos ou baixados.....		9.038
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....		(2.713)

	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	(4.819)
Constituições.....	(5.639)
Valores revertidos ou baixados.....	7.437
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	(3.021)

**(b) Valores a receber previdência complementar**

Composição dos créditos das operações com previdência complementar	2014	2013
Valores a receber.....	27.118	21.213
(-) Redução ao valor recuperável.....	(5.544)	(3.447)
Total.....	21.573	17.766
Aging de valores a receber		
A vencer.....	18.579	15.718
De 1 a 30 dias.....	18.214	15.389
De 31 a 60 dias.....	319	327
De 61 a 90 dias.....	46	2
Vencidos.....	8.538	5.495
De 1 a 30 dias.....	1.541	1.190
De 31 a 60 dias.....	2.531	1.647
De 61 a 365 dias.....	4.467	2.657
Superior a 365 dias.....	-	1
Prêmios pendentes no final do exercício.....	27.118	21.213

A movimentação no exercício da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	(3.447)	(12.663)
Constituições.....		10.566
Valores revertidos ou baixados.....		(5.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....		(5.544)

	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	(3.406)
Constituições.....	(8.614)
Valores revertidos ou baixados.....	8.573
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	(3.447)

**(c) Operações com resseguradoras**

	2014	2013
Comissão.....	8.098	4.081
Custos.....	1.076	577
Pro Labore.....	(1.277)	2.202
Sinistros.....	8.960	7.910
Operações com resseguradoras.....	16.857	14.770
Comissão.....	219	353
Pro Labore.....	5.947	4.833
Sinistros.....	3.607	3.158
Créditos de resseguros.....	9.773	8.344

**9. Imóveis destinados a renda**

Em 31 de dezembro de 2014, o imóvel da Companhia destinado a renda está apresentado a seguir:

	Custo	Reavaliação	Total	Valor de mercado
Terrenos destinados a renda				
Residencial Farol de Santa Marta.....	16.591	264	16.855	32.900

Os valores de mercado dos imóveis destinados a renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28.

**10. Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação	2013		2014	
		Aquisições	Depreciações	Aquisições	Depreciações
Terreno para uso próprio.....	-	777	-	777	-
Edificações.....	4%	8.042	1.869	(464)	9.447
Equipamentos de informática e telecomunicações.....	20%	7.599	1.836	(1.927)	7.508
Móveis, máquinas e utensílios.....	10%	5.880	1.406	(837)	6.449
Outras imobilizações.....	10%	2.845	1.847	(430)	4.262
Total.....		25.143	6.958	(3.658)	28.443

**11. Intangível**

	2013	Adições	Amortizações	2014
Desenvolvimento de software.....	60.240	21.917	(3.906)	78.251
Marcas e patentes.....	51	-	-	51
Total.....	60.291	21.917	(3.906)	78.302
Ágio (1).....	1.632	-	(1.632)	-
Desenvolvimento de software (2).....	44.267	18.320	(2.347)	60.240
Marcas e patentes.....	51	-	-	51
Total.....	45.950	18.320	(3.979)	60.291

(1) Referia-se ao ágio na aquisição de carteira conforme descrito na nota 3(j), que estava sendo amortizado pelo prazo estimado de permanência dos segurados na carteira, por 48 meses, sendo totalmente amortizado em maio de 2013.

(2) Em maio de 2012 os módulos de Empréstimos, Cosseguro e Resseguro, Sinistros e Vida em Grupo do novo sistema entraram em funcionamento e assim tiveram sua amortização iniciada a partir do referido mês, sendo efetuada pela vida útil estimada de 20 anos.

**12. Obrigações a pagar**

	2014	2013
Circulante.....		
Fornecedores (1).....	11.234	3.416
Participação nos lucros a pagar.....	12.622	11.640
Outras obrigações a pagar.....	409	5.399
Total.....	24.265	20.455
Não circulante.....		
Outras obrigações a pagar.....	1.485	638
Total.....	1.485	638
Total.....	25.750	21.093

(1) O aumento em relação a 2013 deve-se principalmente à provisão para pagamento de parcerias comerciais.

**13. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - previdência complementar**

**(a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014**

Circulante	2013		Consti-tuições		Reversões/baixas		Encargos financeiros		2014
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Provisão de benefícios a regularizar.....	23.387	620.111	(628.672)	-	9.065	-	-	-	23.891
Provisão de prêmios não ganhos.....	12.451	18.365	(16.732)	-	-	-	-	-	14.084
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados.....	17.582	46.251	(43.831)	-	-	-	-	-	20.002
Provisão de resgates ou valores a regularizar.....	4.138	60.395	(60.918)	-	74	-	-	-	3.689
Provisão de despesas administrativas.....	1.122	2.833	(2.456)	-	-	-	-	-	1.499
Outras provisões.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total.....	58.680	747.955	(752.609)	-	9.139	-	-	-	63.165

Não Circulante	2013		Consti-tuições		Reversões/baixas		Encargos financeiros		2014
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Provisão matemática de benefícios concedidos.....	78.005	247.306	(236.374)	-	-	-	-	-	88.937
Provisão matemática de benefícios a conceder.....	127.728	289.492	(267.168)	-	11.985	-	-	-	162.037
Provisão de insuficiência de contribuição.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de excedente financeiro.....	48	5	(35)	-	-	-	-	-	18
Provisão de riscos não expirados.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões.....	6	4	(3)	-	-	-	-	-	7
Total.....	205.787	536.807	(503.580)	-	11.985	-	-	-	250.999

Circulante	2012		Consti-tuições		Reversões/baixas		Encargos financeiros		2013
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Provisão de benefícios a regularizar.....	21.407	573.049	(579.673)	-	8.604	-	-	-	23.387
Provisão de riscos não expirados.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de prêmios não ganhos.....	-	14.132	(1.681)	-	-	-	-	-	12.451
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados.....	15.581	3.259	(1.258)	-	-	-	-	-	17.582
Provisão de resgates ou valores a regularizar.....	5.938	16.287	(18.166)	-	79	-	-	-	4.138
Provisão de despesas administrativas.....	659	977	(514)	-	-	-	-	-	1.122
Outras provisões.....	773	803	(1.576)	-	-	-	-	-	-
Total.....	44.358	608.507	(602.868)	-	8.683	-	-	-	58.680

Não Circulante	2012		Consti-tuições		Reversões/baixas		Encargos financeiros		2013
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Provisão matemática de benefícios concedidos.....	71.169	133.973	(127.137)	-	-	-	-	-	78.005
Provisão matemática de benefícios a conceder.....	88.713	101.941	(68.716)	-	5.790	-	-	-	127.728
Provisão de insuficiência de contribuição.....	5.588	12	(5.600)	-	-	-	-	-	-
Provisão de excedente financeiro.....	73	5	(30)	-	-	-	-	-	48
Provisão de riscos não expirados.....	7.759	5.547	(13.306)	-	-	-	-	-	-
Outras provisões.....	6	5.564	(5.563)	-	-	-	-	-	7
Total.....	173.308	247.042	(220.352)	-	5.790	-	-	-	205.788

**(b) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos**

	2014	2013
Saldo no início do exercício.....	11.839	10.207
Constituições.....	6.895	10.861
Apropriações.....	(5.737)	(9.230)
Saldo no final do exercício.....	12.997	11.838
Circulante.....	5.502	4.869
Não Circulante.....	7.495	6.969

**14. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - seguros**

**(a) Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo**

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Acidentes pessoais coletivos						
Provisões de prêmios não ganhos.....	1.889	924	29	35	1.860	889
Sinistros a liquidar.....	5.253	5.050	406	612	4.847	4.438
Sinistros ocorridos e não avisados.....	5.604	4.042	1.142	477	4.462	3.565
Provisão de despesas relacionadas.....	81	33	-	-	81	33
Total.....	12.					

Provisão bruta	2012	Consti- tuções	(-) Reversões/		Encargos	2013
			baixas			
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	22.512	10.379	5.329	-	-	27.562
PDA - Provisão de Despesas Administrativas	498	259	285	-	-	472
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	32.424	95.972	87.996	624	41.024	41.024
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	32.254	9.873	3.727	-	-	38.400
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	85.485	32.054	5.883	7.944	119.600	119.600
RNE - Riscos Não Expirados (riscos vigentes e emitidos)	1.624	1.303	161	-	-	2.766
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	1.305	-	109	77	1.273	-
PCP - Provisão Complementar de Prêmios	2.823	-	2.823	-	-	-
PIC - Provisão de Insuficiência de Contribuições	24	-	24	-	-	-
PCC - Provisão Complementar de Contribuição	256	-	256	-	-	-
BAR - Benefícios a Regularizar	7.233	31.838	31.099	287	8.259	-
ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	7.054	2.005	3.208	-	5.851	-
	193.492	183.683	140.900	8.932	245.207	-

**(c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos no exercício**

	2014	2013
Saldo no início do exercício	31.634	25.926
Constituições	19.584	21.336
Apropriações	(18.194)	(15.628)
Saldo no final do exercício	33.024	31.634
Circulante	15.657	14.460
Não Circulante	17.367	17.174

**15. Desenvolvimento de Eventos e Sinistros**

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados, para cada ano de ocorrência, conforme segue:

A primeira tabela demonstra a estimativa de sinistros incorridos, inclui os sinistros avisados em PSL (pagos ou não) e os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), para cada exercício de ocorrência e em cada Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício. A segunda mostra o desenvolvimento dos pagamentos.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm +jud) - pecúlio Prev e VI							
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Estimativa no ano	51.547	52.625	68.056	73.188	86.097	89.614	-
Estimativa um ano após	53.334	53.786	67.616	71.123	88.436	-	-
Estimativa dois anos após	51.922	54.829	68.497	73.010	-	-	-
Estimativa três anos após	52.572	56.173	69.831	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	52.654	56.533	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	52.963	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	52.963	56.533	69.831	73.010	88.436	89.614	430.387

Triângulo de Pagamentos							
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Estimativa no ano	(42.401)	(44.538)	(54.423)	(55.855)	(69.061)	(62.790)	-
Estimativa um ano após	(49.102)	(53.527)	(65.288)	(66.975)	(81.147)	-	-
Estimativa dois anos após	(49.840)	(54.372)	(65.523)	(67.325)	-	-	-
Estimativa três anos após	(50.373)	(54.523)	(66.314)	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	(50.397)	(54.919)	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	(50.494)	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	(50.494)	(54.919)	(66.314)	(67.325)	(81.147)	(62.790)	(382.989)
Estimativa atual de suficiência	2.469	1.614	3.517	5.685	7.289	26.824	47.398
Sinistros Ocorridos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	-	12.890

Para os estudos referentes à Previdência e Vida Individual utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro. O IBNR judicial começou a ser constituído apenas em meados de 2010.

O resultado encontrado este ano segue o padrão dos anos anteriores, demonstrando consistência nos dados e na análise. O sinistro tem apresentado um crescimento gradativo a cada ano, com destaque para 2011 e 2013.

Mais de 70% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos. A cauda corresponde aos sinistros judiciais, pois possuem naturalmente um tempo maior de conclusão.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm + jud) - Seguros							
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Estimativa no ano	23.378	35.223	41.730	49.929	66.374	94.911	-
Estimativa um ano após	24.549	37.875	42.610	51.548	76.627	-	-
Estimativa dois anos após	24.628	38.115	44.058	51.848	-	-	-
Estimativa três anos após	24.781	38.504	44.286	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	24.894	38.640	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	24.920	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	24.920	38.640	44.286	51.848	76.627	94.911	331.232

Triângulo de Pagamentos							
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Estimativa no ano	(18.123)	(28.272)	(31.381)	(36.540)	(49.777)	(60.728)	-
Estimativa um ano após	(23.410)	(36.484)	(40.722)	(47.902)	(68.033)	-	-
Estimativa dois anos após	(23.774)	(37.259)	(41.992)	(48.845)	-	-	-
Estimativa três anos após	(24.103)	(37.436)	(42.246)	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	(24.136)	(37.526)	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	(24.162)	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	(24.162)	(37.526)	(42.246)	(48.845)	(68.033)	(60.728)	(281.540)
Estimativa atual de suficiência	758	1.114	2.041	3.003	8.594	34.183	49.693
Sinistros Ocorridos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	-	4.075

Para os estudos referentes a Seguros também utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro, com o IBNR judicial começando a ser constituído em meados de 2010.

Em 2010 foi encerrado o contrato de cosseguro cedido e em 2011, devido a Circular SUSEP 395, houve a migração de sinistros de Vida Individual para os ramos de Seguros.

O volume de sinistro vem aumentando no decorrer dos anos. Mais de 85% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos, o que demonstra agilidade em conceder benefício.

**16. Empréstimos e financiamentos**

	2014				2013				Taxa	Vencimento	
	Prazo	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Total			
Bradesco S.A.	36	3.715	1.230	988	2.218	2.647	851	1.330	2.181	1,17%	Até 09/2017
Itaú Unibanco S.A.	36	133	15	-	15	109	39	14	53	1,14%	Até 04/2015
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	35	1	-	1	-	-
Citibank S.A.	36	1.680	620	404	1.024	1.333	415	537	952	1,10%	Até 10/2016
IBM	36	423	143	120	263	1.338	431	278	709	1,21%	Até 11/2016
SG Finance	36	1.728	586	545	1.131	1.728	515	1.132	1.647	1,08%	Até 10/2016
Financiamento BNDES	24	-	-	-	-	6.000	5.029	-	5.029	-	-
Total	-	7.679	2.594	2.057	4.651	13.190	7.281	3.291	10.572	-	-

Os empréstimos e financiamentos supracitados não possuem ativos da Seguradora dados em garantia destes e os contratos de empréstimo não apresentam cláusulas de covenants e nem possuíram custos de captação.

**17. Provisões para contingências**

**(a) Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda**

Probabilidade de perda	Quantidade	2014		2013	
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Possível	41	14.631	-	-	-
Total	41	14.631	-	-	-

Probabilidade de perda	Quantidade	2014		2013	
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	6	258	258	-	270
Possível	50	3.096	-	-	-
Remota	2	34	-	-	-
Total	58	3.388	258	-	270

Probabilidade de perda	Quantidade	2014		2013	
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	147	13.523	12.441	-	11.101
Possível	500	37.123	19.304	-	17.620
Remota	111	7.191	215	-	632
Total	758	57.837	31.960	-	29.353

Probabilidade de perda	Quantidade	2014		2013	
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	77	2.233	2.233	-	2.423
Possível	315	16.910	-	-	-
Remota	95	2.947	-	-	-
Total	487	22.090	2.233	-	2.423

**(b) Movimentação das provisões judiciais**

	2014				
	Fiscais	Trabalhistas	Benefícios	Cíveis	Total
No início do Exercício 2014	-	270	29.353	2.423	32.046
Constituições/reestimativas	-	-	8.162	456	8.618
Liquidações	-	-	(13)	(7.442)	(847)
Atualizações	-	1	1.888	201	2.089
No final do Exercício 2014	-	270	31.961	2.233	34.451

	2013				
	Fiscais	Trabalhistas	Benefícios	Cíveis	Total
No início do Exercício	481	278	25.324	2.496	28.578
Constituições/reestimativas	-	13	7.678	151	7.612
Liquidações	(481)	(37)	(4.734)	(268)	(5.074)
Atualizações	-	16	1.085	44	869
No final do Exercício	-	270	29.353	2.423	31.985

**(c) Depósitos judiciais**

	2014	2013
Sinistros	6.461	4.970
Tributos	1.548	1.742
Trabalhistas	583	484
Cíveis e administrativos	1.596	2.626
Total	10.188	9.822

**(d) Descrição resumida das principais ações**

**Fiscais**  
Existem 54 processos de natureza fiscal, dos quais 41 a Seguradora é ré e 13 a Seguradora é autora, com probabilidades de perda "possível" e "remota". Com relação à COFINS, há uma ação em curso (a Companhia é ré), com probabilidade "possível", com valor total de R\$ 1.805 e com fatos geradores compreendidos entre fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, na qual a Seguradora pleiteia o direito de não recolher a contribuição, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Há, ainda, duas demandas em curso relativas ao mesmo débito de PIS (a Companhia é ré), com probabilidade "possível", no valor total de R\$ 1.357 com fatos geradores compreendidos entre fevereiro de 1999 a março de 2004, nas quais a Seguradora pleiteia o direito de não recolher o tributo, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Com relação à CSLL, há uma causa com probabilidade "possível", com valor total de R\$ 5.501 com fato gerador até março de 2004, período no qual a Seguradora era uma entidade sem fins lucrativos e, portanto pleiteia a inexistência de fato gerador. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.548 (2013 – R\$ 1.742).

**Cíveis**

Existem 487 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão referente à devolução de contribuições. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão apenas para os casos classificados com probabilidade de perda provável, à ordem de 100% do valor em risco. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Mongeral AEGON para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Outros Passivos Contingentes - Contingências Cíveis", no montante de R\$ 2.233. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.596 (2014 – R\$ 2.626).

**Trabalhistas**

As ações trabalhistas, que somam o total de 58 ações, referem-se a ações movidas por ex-funcionários e por ex-prestadores de serviços que pleiteiam o vínculo empregatício. Essas ações encontram-se em diversas fases de tramitação motivo pelo qual a provisão de desembolso fica prejudicada. O provisionamento é efetuado com base na classificação de risco de perda de cada ação. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 583 (2013 - R\$ 484).

**Benefícios**

Existem 758 processos de natureza benefício (relacionados a sinistros) que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 3% para causas remotas, 52% para as causas possíveis e 92% para as causas prováveis. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Mongeral AEGON para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R\$ 31.961. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 6.461 (2013 – R\$ 4.970).

**18. Patrimônio líquido**

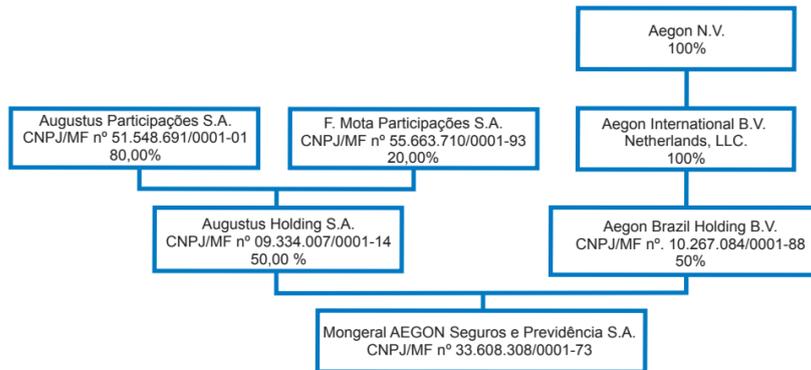
**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 21.806.024 ações ordinárias sem valor nominal (18.983.822 ações em 2013).

Em 18 de julho de 2014, através da portaria 5948 da SUSEP foi aprovado o aumento de capital de R\$ 29.000 elevando-o de R\$ 60.188 para R\$ 89.188.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2014, os acionistas da Seguradora deliberaram aumento do capital no montante de R\$ 30.000, com a emissão de 2.822.202 novas ações ordinárias, o qual encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

**Organograma Societário – Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.**



**(b) Reservas**

As reservas são compostas pela reserva de lucros, composta pela reserva legal que é constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício, até o limite de 20% do capital social, constituída no final de cada exercício social.

A reserva de reavaliação está apresentada líquida dos encargos tributários sendo realizada na proporção em que os ativos que lhe deram origem são depreciados.

A reserva de capital refere-se a reserva especial de ágio no montante de R\$ 35.815, oriunda da incorporação da AEGON Brasil Holding Ltda, realizada em 18 de maio de 2011.

**(c) Reversão proposta de dividendos**

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2013, os acionistas deliberaram sobre o total dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2012, onde foi aprovado que R\$ 2.284, do total dos dividendos propostos de R\$ 4.284, deveriam ser reinvestidos na Companhia.

**(d) Custos de aquisição - previdência e seguros**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Despesas de corretagem e acionamento.....	(112.161)	(93.408)
Despesas de custeamento de vendas.....	(7.850)	(6.599)
Despesas com serviços técnicos.....	(781)	(745)
Consultoria comercial.....	(28.762)	(24.105)
Campanha de venda.....	(6.773)	(4.922)
Marketing.....	(9.174)	(1.127)
Transporte de malotes.....	(1.848)	(1.276)
Treinamento e desenvolvimento.....	(2.684)	(1.792)
Outras.....	(2.185)	(1.538)
	<u>(172.218)</u>	<u>(135.512)</u>

**(e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Serviço funeral.....	9.155	9.460
Receita com lucros na operação (IRB/ICATU).....	-	2.793
Receita operacional com ressegurador.....	1.666	2.276
Receitas c/serviços de distribuição.....	773	-
Processos judiciais.....	(650)	(1.829)
Serviço funeral.....	(4.012)	(2.687)
Serviços assistências.....	(3.955)	(4.126)
Taxa de administração.....	(1.981)	(1.596)
Provisão para riscos sobre valores a receber.....	(2.097)	(41)
Outras.....	(1.260)	(2.955)
	<u>(2.361)</u>	<u>1.295</u>

**(f) Despesas administrativas**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Pessoal próprio.....	(134.643)	(112.869)
Serviços de terceiros.....	(20.944)	(17.521)
Localização e funcionamento.....	(43.614)	(35.917)
Publicidade e propaganda.....	(4.488)	(3.653)
Despesas com donativos e contribuições.....	(902)	(825)
Jornais e revistas.....	(269)	(232)
Publicações.....	(291)	(229)
Multas.....	(176)	(305)
Convênio DPVAT.....	(1.777)	(1.412)
Outras.....	(528)	(243)
	<u>(207.632)</u>	<u>(173.206)</u>

**(g) Despesas com tributos**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Impostos.....	(756)	(671)
Contribuições.....	(20.917)	(17.795)
Taxa de fiscalização.....	(897)	(837)
Outras.....	(51)	(44)
	<u>(22.621)</u>	<u>(19.347)</u>

**(h) Resultado financeiro**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receitas financeiras.....	-	-
Títulos de renda fixa.....	1.059	355
Receitas com fundos de investimentos.....	55.394	28.868
Outras receitas financeiras.....	1.929	993
Despesas financeiras.....	-	-
Despesas financeiras sobre provisões técnicas.....	(40.486)	(24.687)
Outras.....	(304)	(261)
	<u>17.592</u>	<u>5.268</u>

**(i) Resultado patrimonial**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Equivalência patrimonial.....	504	370
Amortização de ágio na transferência de carteira.....	-	(1.632)
Outras.....	(816)	(2.762)
	<u>(312)</u>	<u>(4.024)</u>

**21. Aposentadorias e Pensões**

A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 1.440 (R\$ 2.301 em 31 de dezembro de 2013) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R\$ 55 (R\$ 383 em 31 de dezembro de 2013), de acordo com os requerimentos da CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar".

**22. Outros assuntos**

a) Participação societária refere-se ao investimento na empresa Data A Soluções em Previdência Ltda., contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado de equivalência patrimonial sobre esse investimento foi de R\$ 504 (2013 – R\$ 370), representado pelo lucro dessa empresa no ano.  
 b) Despesas antecipadas referem-se principalmente a contratos com parcerias comerciais e contratos de locação.  
 c) A despesa incorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$ 13.720 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 13.590). Não há outras transações efetuadas com parte relacionadas da Seguradora.  
 d) A Companhia contabilizou a reversão da provisão do saldo da Provisão para liquidação do capital dos associados de R\$ 4.377 em 31 de dezembro de 2014 devido a sua prescrição. Tal reversão está registrada na rubrica "382118000001 – Outras receitas operacionais".

<b>Helder Molina</b> Diretor Presidente	<b>José Carlos Gomes Mota</b> Diretor
<b>Nuno Pedro Correia David</b> Diretor	<b>Osmar Navarini</b> Diretor
<b>Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior</b> Diretor	<b>Luiz Claudio do Amaral Friedheim</b> Diretor
<b>Nelson Emiliano Costa</b> Atuário - MIBA Registro 1068	<b>Marcelo da Motta Abreu</b> Contador - CRC RJ 096032/O6

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

**Aos Acionistas e Administradores da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria atuarial obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2014, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.  
 Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino  
 São Paulo – SP – Brasil 05001-903  
 CNPJ 02.646.397/0001-19 - CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira  
 MIBA 729

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos administradores e acionistas**

Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de serem causados por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de serem causados por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Se-

guradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2014, bem como o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Outros assuntos**

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2013, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 24 de fevereiro de 2014, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2015



PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda  
 Contadora CRC 1RJ087128/O-0